



EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Autores: G. LUNKES¹; B. KOPPLIN²; A. A. DE ALMEIDA ALVES³; B. SCHEID⁴;
C. K. BACKES⁵; D. I. REIS⁶; K. M. ZIEMBOWICZ⁷; L. ROEDEL BOTELHO⁸; T.
CHASSOT⁹.

Resumo:

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) por meio da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCEES), contribui na implementação das políticas de Educação Ambiental estabelecidas em lei e por vezes pouco operantes nas atividades docentes. Objetiva promover práticas de educação ambiental, como instrumento de desenvolvimento e cidadania no município de Cerro Largo, RS com o intuito de despertar a percepção da sociedade acerca dos problemas ambientais e contribuir para a conscientização, mobilização e atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foi utilizado um método diagnóstico visando identificar a percepção e práticas que educandos e educadores apresentam em relação a Educação Ambiental nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais envolvidas. Através da aplicação de questionários, analisamos os conhecimentos que os alunos construíram ao longo dos anos iniciais com as concepções manifestadas pelos professores (entrevista) que, possivelmente influenciam as práticas desenvolvidas na escola. São realizadas avaliações periódicas por meio de reuniões, onde são compartilhadas ideias, apresentados e analisados os resultados obtidos no desenvolvimento das atividades. Também estão previstos seminários de avaliação das ações desenvolvidas e proposição de metodologias futuras. Preliminarmente, percebe-se uma Educação Ambiental focada em atividades e trabalhos em hortas, atividades voltadas à separação do lixo, à economia de água e a comemoração de datas relacionadas aos temas ambientais, desvinculada da compreensão do que é ser sustentável e compreensão das relações humanas com o meio ambiente e como é possível causar menos impactos, junto ao respeito a natureza e todos os seus elementos.

Palavra-chave: natureza; meio ambiente; sociedade.

Introdução e objetivo

1 Graziela Lunkes, aluna do Curso de Letras.

2 Bruna Kopplin, aluna do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária.

3 Alcione Aparecida de Almeida Alves, servidor docente.

4 Bernadete Scheid, colaboradora da equipe da SMEC de Cerro Largo.

5 Carine Knebel Backes, colaboradora externa, docente do município de Salvador das Missões.

6 Denize Ivete Reis, servidor docente.

7 Karla Marina Ziembowicz, colaboradora externa, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

8 Louise de Lira Roedel Botelho, servidor docente.

9 Tatiane Chassot, servidor docente.



A cada catástrofe “natural”, o assunto acerca dos cuidados a serem tomados em relação à natureza, bem como dos responsáveis por eles, ressurgem no cotidiano e na mídia. Dentre as inúmeras causas da degradação ambiental, estão o uso indevido da natureza e dos recursos naturais, sob a visão consumista e individualista de apropriação, de lucro e de acumulação cada vez maiores.

Um amplo conjunto de acordos e leis regem a Educação Ambiental (EA) no cenário nacional e internacional. No Brasil, a Constituição Federal (Art. 225), expressa necessidade desta permear todo o currículo, como também preconiza a Lei 9394/96. A Agenda 21 (Conferência Rio-92), caracterizada como um Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e Responsabilidade Global, na diretriz 19 do plano de Ação, versa sobre a importância de mobilizar as instituições de educação superior para o ensino, pesquisa e extensão em EA. No Capítulo 36, destaca o papel da universidade quanto à pesquisa e educação comprometida com a sustentabilidade. A Política Nacional de Educação Ambiental, ratifica a necessidade de que o tema seja desenvolvido em todos os níveis de ensino, no 2º artigo “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Neste sentido, esta atividade de extensão surgiu em função de uma demanda social no município de Cerro Largo, RS, que apresentava a coleta de resíduos sólidos ainda caracterizada pela ausência de segregação dos resíduos e de educação ambiental efetiva, com políticas públicas sólidas nesse sentido. Proposta por meio da ITCEES, encontra-se articulada com diferentes instituições e espaços da esfera pública, na busca para resolução de problemas sociais coletivos, tais como: catadores, prefeitura municipal, associações, moradores, estudantes, professores, ministério público, entre outros.

A fim de assumir o papel da escola na concretização da EA, esta atividade de extensão teve por objetivo promover práticas de educação ambiental escolar, como instrumento de desenvolvimento sustentável e cidadania no município de Cerro Largo, RS com o intuito de despertar a percepção do educando e da sociedade acerca dos problemas ambientais e contribuir para a conscientização, mobilização e atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).



Metodologia

A equipe responsável pelas atividades envolveu duas docentes da UFFS, um membro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), dois bolsistas e duas colaboradoras externas. Foi marcada por diferentes momentos que podem ser descritos ou sintetizados.

Apresentação da proposta: ocorreu reunião com a equipe da SMEC, para apresentar o projeto que inicialmente teve a abrangência das turmas de pré-escola – nível B (educação infantil) e anos iniciais (até o 5º ano ensino fundamental) da rede municipal de educação de Cerro Largo, RS. Ao passo o processo de tramitou no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS (CAAE:70432317.1.0000.5564), foi realizado um encontro com os professores a fim de esclarecer os objetivos e as etapas do projeto.

Fase diagnóstica: foi realizada pesquisa com os professores (entrevistas semiestruturadas), com abordagem qualitativa, com base em instrumento utilizado por Backes (2014). As entrevistas foram gravadas em áudio e degravadas para análise. Simultaneamente, foi aplicado questionário e técnica de desenho sobre meio ambiente e natureza (alunos do 4º e 5º ano) que teve como objetivo diagnosticar os conhecimentos em EA construídos ao longo da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental, utilizando instrumento produzido por Backes (2014). As respostas foram analisadas e interpretadas à luz e aprofundamento do referencial teórico estudado.

Formação continuada/prática docente: com os resultados do diagnóstico, ocorreram encontros de formação com os professores, inicialmente para realizar a instrumentalização científica com estudo das correntes que concebem a EA, artigos científicos acerca da ação educativa em EA e da legislação em vigor. Assim, os professores desenvolverão suas atividades com base nos estudos conjuntos, com o objetivo de estimular uma reflexão crítica e profunda sobre a racionalidade dominante, através de uma práxis inovadora, dialógica e cotidiana, que aponte rumos transformadores da sociedade.

Canal de comunicação: foi criado um canal de comunicação em forma de blog para troca de experiências relacionadas com o andamento dos trabalhos.

Desenvolvimento e processos avaliativos

A preocupação da sociedade com a qualidade de vida das presentes e futuras gerações tem na EA uma importante alternativa de intervir na forma que nos relacionamos



com o meio ambiente, criando condições para a melhoria contínua, de acordo com suas especificidades, permitindo conhecer a questão ambiental globalmente e intervir de forma local, partindo do lugar onde se vive (CARVALHO, 2011).

Assim, a EA percebida no campo pedagógico e legitimada sob o campo da educação e das ciências ambientais, pode ser um importante processo a ser desenvolvido nos espaços educativos formais, apontando para um cenário de alternativas frente às evidências latentes de uma crise ambiental, uma vez que o processo educativo é uma prática com decorrências sociais, políticas e ideológicas (CAMPOS; CARVALHO, 2015).

Neste sentido, percebeu-se nas manifestações dos professores e alunos a necessidade de explicitarmos as concepções que orientam as propostas de EA através de uma diferenciação crítica de seus significados políticos e éticos. De forma sucinta, o nível qualitativo do conteúdo das entrevistas e da ênfase do ensino evidenciou um desconhecimento de termos e definições básicas no processo ensino-aprendizagem da EA escolar, quanto a habilidades de pensamento, atitudes e ações, focando em atividades eventuais de preservação dos recursos naturais e ambientais, com pronunciamentos bastante genéricos, mais de base intuitiva do que explicitamente referenciados. Frequentes são as práticas nas quais a EA é reduzida a atividades voltadas à separação do lixo, à economia de água e a comemoração de datas relacionadas com os temas ambientais, ficando desprovida da reflexão sobre o processo como um todo e a nossa participação corresponsável enquanto cidadãos.

No contexto da educação ambiental crítica, a prática educativa visa a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado. A educação não se reduz a uma intervenção antropocêntrica, recusando a crença de que mudança social se dá pela soma das mudanças individuais: *quando cada um fizer a sua parte*. Recusa também a visão do sistema social genérico e despersonalizado que deve mudar primeiro para *depois* dar lugar as transformações na vida dos grupos e pessoas. As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem, com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros, numa posição de responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões (CARVALHO, 2004).

Nos desenhos e questionários dos alunos, ficou evidente também uma visão segregada da natureza e meio ambiente em relação às interações humanas. A percepção de



que tudo se relaciona no e com o Universo, nos leva a pensar o meio ambiente como o lugar do encontro entre a natureza e as relações sociais e históricas. Assim, foi realizada uma atividade no sentido de recuperar a história natural e social do lugar onde atua o educador e onde vivem os educandos, uma vez que escutar histórias dos envolvidos nos problemas ambientais do local, pesquisar os modos de vida que convivem (em paz ou em conflito) na região, observar as alterações ambientais, econômicas, sociais e culturais que afetaram a vida naquele lugar, tudo isso é praticar uma educação ambiental atenta à complexidade das relações entre a sociedade e o meio ambiente (CARVALHO, 1998).

Considerações Finais

Diante dos objetivos propostos e da forma como a EA tem sido desenvolvida nas escolas participantes, as atividades se mostraram extremamente pertinentes e envolveu vários segmentos da sociedade (planejamento) como equipes diretivas, coordenação e supervisão educacional, professores e alunos das escolas municipais de Cerro Largo, RS.

A necessidade do desenvolvimento da EA no Ensino Superior como mencionado na Política Nacional de Educação Ambiental (Art. 2º), expressa a relação desta atividade de extensão com o ensino superior ampliando os conhecimentos dos bolsistas, docentes e comunidade acadêmica.

Referências:

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**, Brasília, DF, abril 1999.

CAMPOS, M. A. T.; DE CARVALHO, A. M. Desafios Emergentes na Ação Educativo-Ambiental: Uma Experiência em Centros de Educação Infantil de Curitiba-PR. **HOLOS**, v. 5, p. 119-129, 2015.

CARVALHO, I. C. M. Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental/Conceitos para se fazer educação ambiental. **Cadernos de Educação Ambiental**. Brasília: IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.